

RESUMO

A proposta do presente trabalho está centrada na discussão e apresentação de algumas noções acerca do discurso de divulgação científica, seus modos de constituição, formulação e circulação. O trabalho ainda envolve questões como construção de autoria, verdade e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, divulgação científica, verdade, autoria.

TEORICAMENTE...

Ao falar de Divulgação Científica temos que levar em consideração vários pontos, dentre os quais podemos destacar dois. Primeiro, a relação que é estabelecida com a produção de conhecimento, tendo em vista os seus modos de circulação, e, segundo, a questão da apropriação coletiva do conhecimento. Conforme Orlandi (2001), em uma sociedade como a nossa, quando se distribui um bem social comum, é produzida sempre uma diferença em algum outro lugar, ou então deslocamentos no próprio sentido desse bem. E toda essa problemática, não se pode desconsiderar, dá-se por meio do discurso.

Assim, segundo Foucault (1996, p. 10), o discurso não deve ser encarado “simplesmente como aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas *aquilo por que, pelo que se luta*, o poder do qual queremos nos apoderar”. Em outras palavras, pode-se dizer que o embate discursivo não acontece simplesmente *no* discurso, mas também *pelo*

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.  
E-mail: josianereal@hotmail.com

discurso, pela busca do direito de dizer, e mais, pela busca de legitimidade desse dizer. Tal visão parece totalmente plausível quando se pensa o discurso dito científico (o discurso da ciência) e o poder de interpretação que é confiado a ele e, conseqüentemente, aos seus articuladores. Isso pode ser constatado tanto no texto científico, que se pautaria pela produção de conhecimento, quanto na Divulgação Científica (doravante DC), cuja função seria de informatividade mais propriamente.

Segundo Leibruder (2000), é através de um filtro histórico, formado pelo conjunto de perspectivas assumidas ao longo do tempo, que o mundo tem sido interpretado. Para a autora, a objetividade não parece ser nada além de uma estratégia argumentativa utilizada para justificar e legitimar discursos que são ou que se pretendem dominantes. Dessa maneira, é necessário não esquecer que as categorias discursivas estão intrinsecamente ligadas às categorias e esferas de poder (FOUCAULT, 1979), sobretudo, no caso do discurso que se pretende portador da verdade, como o discurso da ciência. Esse discurso, muitas vezes, alcança a sua legitimação por meio da “desqualificação” de outros discursos. Essa busca da legitimação, no caso do discurso científico, é, muitas vezes, uma forma de oferecer idoneidade ou dignidade a uma ordem de natureza política para que seja reconhecida e aceita.

Desse modo, a ciência, ao longo de sua história, foi assumindo a condição de *porta-voz da verdade* que supostamente estaria contida nas coisas, já que o discurso nela utilizado deve se constituir a partir de uma perspectiva universal (LEIBRUDER, 2000). A impessoalidade e a objetividade características do discurso científico atribuem-lhe, dessa forma, um caráter de inquestionabilidade e, portanto, de veracidade, além de um perfil institucional. Processo semelhante ocorre com o divulgador de ciência em sua atividade, na medida em que seu texto deve assumir a perspectiva do discurso científico.

Mas há que se notar que algo interessante é produzido nesta relação entre o texto da Ciência e o da Divulgação. Ao mesmo tempo em que a aproximação do discurso de DC em relação ao discurso da Ciência produz

uma credibilidade para aquele, um efeito de “verdade” e inquestionabilidade, na relação inversa opera-se um efeito contrário. Expliquemo-nos. Ocorre que, nesse processo, ou melhor, nessa relação, há uma supervalorização da ciência formal, oficial e, ao mesmo tempo, uma estigmatização do texto de DC, que acaba sendo visto como uma aproximação, uma espécie de versão ou simplificação do discurso científico. Seria mais ou menos, se é que podemos fazer a comparação, como a relação entre Deus e o homem, em que o homem é a imagem e a semelhança do Criador, mas é pecador, ou seja, parece-se com Deus, mas lhe é inferior.

Entendemos, então, para a produção deste trabalho, o discurso de DC não como a soma de dois outros discursos, a saber, o científico e jornalístico, mas como uma articulação específica com efeitos particulares, tendo em vista que os meios de circulação, por exemplo, são distintos para cada produção (ORLANDI, 2001). E enunciar na mídia, como é o caso da DC, é enunciar segundo a interdiscursividade que determina a formulação da mídia, mesmo que se pretenda uma objetividade dos fatos veiculados, porque, aí, estão envolvidos fatores outros que não só a produção de informação para o grande público (GUIMARÃES, 2001). Contudo, cabe frisar que, dentre os estudiosos do assunto, há uma relativa divergência sobre o que se pode definir como DC.

Assim, para Orlandi (2001), por exemplo, a DC constitui uma outra ordem de discurso que não é nem o científico e nem o jornalístico e, diferentemente do que dizem alguns, o discurso de divulgação também não é uma tradução, como quer Leibrunder (2000), uma vez que o divulgador não está trabalhando com línguas diferentes, mas antes opera um complexo jogo de interpretação, em que ele interpreta os fatos a partir de um ponto de vista determinado historicamente. Além disso, a mudança tanto do cenário discursivo quanto das posições ocupadas pelos interlocutores no discurso científico faz com que o objetivo do discurso da divulgação seja outro. Existe, dessa maneira, não apenas um trabalho de reformulação discursiva, mas essencialmente a formulação de um novo discurso, com características e finalidades próprias, conforme já havíamos dito.

Mesmo porque, se tomarmos a figura do jornalista científico, por exemplo, veremos que ele ocupa uma posição sujeito específica que não resulta de uma soma. A posição sujeito é muito interessante nesse caso. Um texto de DC pode, por exemplo, ser feito por um cientista, que, ao se dirigir ao grande público, não acionará os mesmos recursos que utilizaria se estivesse comunicando-se com seus pares. Esse jogo discursivo utilizado serve também para mostrar a mudança que pode ocorrer na posição sujeito. Ele se move de uma posição a outra porque nesse processo, dentre vários outros fatores, as condições de produção são diferentes daquelas de um contexto de produção científica e de um cientista comunicando-se com seus pares.

Assim, conforme afirma Orlandi (2001), não se pode dizer que há uma equivalência ou transporte entre o que é dito em uma ordem de discurso e em outra, havendo, antes, uma transferência. Sua opinião é um pouco diferente do que propõe Leibrunder (2000, p. 229), que afirma que a DC “opera uma tradução intralingual, na medida em que busca a equivalência entre o jargão científico e o jornalístico”. Assim, podemos perceber que, enquanto a visão de Orlandi (2001) pressupõe a construção de uma nova ordem de discurso, a de Leibrunder (2000) apenas refere-se a uma prática discursiva heterogênea, a qual possui um discurso fonte – o discurso científico – e um em que se pretende atingir o público amplo – o jornalístico.

Entretanto, optamos por considerar que o divulgador ou jornalista lê em um discurso e produz seu texto em outro. Segundo Orlandi (2001), o que parece ocorrer então é um duplo movimento de interpretação, ou seja, interpretação de uma ordem de discurso que deve, ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios do que se pode chamar de jornalismo científico. Esse jornalismo, ao produzir discursos com uma forma específica de autoria, acarretará, por sua vez, novos gestos de interpretação, o que acaba também produzindo certo efeito-leitor.

A produção do discurso de divulgação promove, então, uma *popularização/vulgarização* do que seria a produção científica, de

modo a alcançar o grande público, que não está envolvido na produção do conhecimento, mas deseja estar *informado sobre ele*. O leitor não é um cientista, mas apenas um leitor de ciência. Dessa maneira, ele não precisa relacionar-se com a posição do cientista, mas com a do jornalista. Mesmo que, muitas vezes, o leitor de ciência se sinta autorizado a dizer que conhece ciência, na verdade ele apenas sabe *sobre* ciência. Tudo isso coopera, segundo Orlandi (2001), para a construção de um efeito de informação, no caso, científica.

Esse jogo de interpretação que envolve a DC opera mecanismos de aproximação e distanciamento do autor em relação ao texto e ao próprio leitor. Ao leitor não cabe opinar sobre o que está sendo dito, não há participação ativa, mas apenas reprodução do conteúdo. Assim, a divulgação do conhecimento científico não o torna necessariamente democrático, mas busca, em última instância, persuadir os indivíduos leigos da legitimidade do conhecimento veiculado. E isso acaba criando, sobretudo quando se pensa o papel da escola, uma impressão de exterioridade da Ciência. Em outros termos, é como se a ciência fosse uma entidade autônoma e não existisse *com* ou *pela* sociedade, mas ocupasse um lugar à parte *na* sociedade.

Desse modo, percebe-se que o texto de DC constitui-se pela operação de alguns mecanismos. Ao mesmo tempo em que se pretende aproximar o leitor do texto, utilizam-se elementos que garantem relativo distanciamento do mesmo. A maneira como o jornalista científico constrói seu discurso depende do contexto discursivo em que ele se encontra inserido, o que implica considerar não só o veículo de divulgação, mas, sobretudo, o público alvo de tal divulgação. Além disso, conforme Leibrunder (2000), estão envolvidos neste processo questões como a imagem que o próprio divulgador tem de seu leitor, a imagem que ele faz do que seja ciência e do que deva ser a divulgação científica.

Temos que considerar, também, no trabalho de DC, o fato de que escrever para um veículo comercial de comunicação, um periódico, por exemplo, faz com que o cientista mobilize recursos bem distintos daqueles

que utilizaria em um trabalho científico propriamente. Em outras palavras, podemos dizer que nesse caso aparece o que poderíamos chamar de “restrições” da mídia. Como mencionado, a mídia exige uma formulação por ela mesma, a partir de sua própria interdiscursividade, de uma posição da qual ela enuncia, com seus eventos tanto de ordem social como política (GUIMARÃES, 2001).

Dessa forma, o trabalho de seleção de recursos lingüísticos feitos pelo jornalista científico, visando atingir um dado público, faz dessa atividade um verdadeiro fazer discursivo. Ou seja, essa atividade implica a construção de uma outra ordem discursiva e não simplesmente uma reformulação daquilo que já foi formulado pelo discurso científico.

Para a realização de seu trabalho, o divulgador científico realiza uma espécie de encenação – tomando a idéia de cenografia discursiva proposta por Maingueneau (1997) –, já que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares” que são determinados por uma espécie de topografia social nas quais os sujeitos se inscrevem e funcionam imaginariamente no discurso. Em tal encenação, no caso da DC, o que é encenada é a relação intrínseca com o discurso científico. Assim, em textos desse tipo, podem-se encontrar formas que expressam claramente essa relação, como nas ocorrências comuns como “segundo o cientista tal...” ou “O grupo de pesquisa do Instituto tal acredita que...”.

Essas formas utilizadas encenam o falar que seria próprio do discurso científico para que o leitor de ciência possa entender o que a ciência produziu e, ao mesmo tempo, participar da circulação de um dado saber, mas não necessariamente de sua produção, a qual estaria na ordem do conhecimento.

O texto de divulgação científica encontra-se assim envolvido em uma malha discursiva bem complexa, que ultrapassa a simples intersecção entre dois discursos distintos. Ao contrário, opera implicações várias no tecido social se considerado o seu alcance e sua forma de circulação na sociedade.

PRATICAMENTE...

Faremos nesta segunda parte do trabalho uma breve análise com o intuito de destacar alguns pontos levantados ao longo do trabalho. Para isso, foram escolhidos trechos do texto “Com o coração nas mãos”, publicado em uma edição especial da revista *Veja* sobre saúde. Nessa edição, encontramos, além da matéria sobre problemas cardíacos, textos que tratam desde assuntos como o câncer até pesquisas sobre dietas.

Segundo Orlandi (2001), o texto de DC pode ser considerado, pelo modo como se apresenta na sua forma de circulação social do conhecimento, como uma espécie de versão do texto científico. Em outros termos, pode-se dizer que o texto de DC é uma organização textual que pretende conservar um certo efeito de cientificidade e, ao mesmo tempo, permitir que a ciência circule e seja acessível ao público leigo. Conforme a mesma autora, o texto de DC encena a voz do cientista e o faz por meio de uma terminologia, que serve também para lhe garantir um determinado “efeito-ciência”. Todo esse processo de textualização jornalística do discurso científico acaba mobilizando recursos, que buscam didatizar o discurso da ciência.

Não raro, então, encontraremos em textos de DC elementos que procuram transformar a linguagem supostamente hermética da ciência em uma forma mais acessível, com termos que seriam mais familiares aos possíveis leitores. Assim, conforme Orlandi (2001), teremos, por consequência, um discurso sobre ciência e não um discurso da ciência.

Por meio de várias articulações, veremos, nestes textos, ocorrências de termos científicos ao lado de sinônimos, equivalências ou mesmo descrições. É o que se observa no primeiro parágrafo do texto “Com o coração nas mãos: [...] desses males o mais comum é o infarto. Ele sobrevém quando há obstrução de um ou mais vasos sanguíneos e o coração deixa de ser suficientemente irrigado em certas áreas [...]”. Neste pequeno trecho há uma descrição do que é um infarto. O autor

faz um julgamento de que, possivelmente, muitos de seus leitores, embora saibam o que vem a ser um infarto, não saibam, na realidade, como ele pode ocorrer. Daí, então, o divulgador acionar todos esses mecanismos discursivos, de caráter didático, para fazer com que seu leitor saiba do que ele está falando.

Outro recurso que pode ser utilizado com o intuito de alcançar maior esclarecimento de conceitos, às vezes abstratos para o leitor, é a comparação. Por meio da comparação, o divulgador tenta aproximar dois campos semânticos semelhantes de modo a levar o leitor leigo a entender conceitos não familiares a ele. Dessa forma, no texto em análise, o divulgador, ao tentar explicar como as artérias de um hipertenso são lesionadas até que aconteça um infarto, lança mão do recurso da comparação, afirmando: “imagine uma estrada em que veículos pesados trafegam em velocidade acima da permitida. É natural que o asfalto não resista [...]” Como se vê, o autor utilizou uma situação concreta, de possível conhecimento do seu público, para esclarecer como, em longo prazo, pode-se chegar a um mal cardíaco.

Mais à frente, no mesmo texto, há um recurso interessante utilizado nesse tipo de produção discursiva, que é a exemplificação. Por meio da exemplificação o divulgador procura transformar conceitos abstratos em situações concretas, para levar o leitor a apreender mais facilmente o sentido esperado. A expressão metalingüística “por exemplo” é freqüentemente utilizada nesse tipo de situação. No texto em análise também percebemos esse tipo de ocorrência no momento em que o autor quis elencar as conseqüências da falta de atividade física: “concorre, por exemplo, para o desenvolvimento da obesidade”.

O discurso utilizado na DC busca a objetividade e também a credibilidade para aquilo que está sendo dito. Dessa maneira, tentando legitimar o seu discurso, muitas vezes o autor nele insere vozes outras que ele julga fornecer determinada autoridade ao que está sendo divulgado. Por isso, freqüentemente, são utilizados nomes de instituições de pesquisa com relativo renome, por exemplo. No texto em análise, o



autor evocou o nome de uma instituição de ensino renomada “um estudo realizado por médicos da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, mostra como mudanças no estilo de vida podem ajudar”. Um pouco mais à frente, ele utiliza este mesmo recurso, evocando a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Como os recursos utilizados na divulgação científica são muitos, nossa breve análise não pretendeu esgotá-los. Apenas buscamos teorizar e exemplificar um pouco dos modos de constituição, formulação e circulação do discurso de Divulgação Científica.

SCIENTIFIC RELEASE DISCOURSE: AN OPERATION IN ANOTHER ORDER

ABSTRACT

This work discusses and presents some notions about popular scientific discourse, its modes of constitution, formulation and circulation. The text also discusses questions such as the construction of authorship, truth and power.

KEY WORDS: Discourse, scientific release, truth, authorship.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* São Paulo: Passagens, 1997.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001. p. 5-13.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (Org.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 229-269.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996b.

\_\_\_\_\_. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001. p. 21-30.